



LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2022

EMENTA: Dispõe sobre o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal de Contribuintes do Município de Altinho-PE - REFIS MUNICIPAL 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALTINHO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 54, inciso I, da Lei Orgânica.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

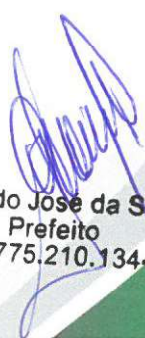
Art. 1º - Fica instituído o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal de Contribuintes - REFIS MUNICIPAL, com o objetivo de promover a regularização dos débitos de natureza tributária ou não tributária, cujo vencimento tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2021.

§ 1º A regularização de que trata o *caput* deste artigo será promovida mediante a concessão de benefício fiscal sobre créditos, inscritos ou não em dívida ativa, com ou sem exigibilidade suspensa, ajuizados ou a ajuizar, com ou sem protesto extrajudicial, relativo à anistia:

- I - de multa de ofício e isolada;
- II - de multas e juros moratórios decorrentes de créditos originários dos seguintes tributos e multas:
 - a) Taxas pelo exercício do Poder de Polícia;
 - b) Auto de Infração decorrente do exercício regular do Poder de Polícia;
 - c) Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD);
 - d) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
 - e) Auto de Infração de IPTU;
 - f) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
 - g) Auto de Infração de ISSQN;
 - h) Taxa de Uso de Bem Público;
 - i) Auto de Infração da Permissão de Uso de Bem Público;
 - j) Foros;

PALÁCIO MUNICIPAL DR. ANTÔNIO LINS DE FIGUEIRÊDO

Rua Dr. Nestor Varejão, 51. Centro | Altinho - PE | CEP 55.490-000 CNPJ: 10.091.502/0001-29
Fones: 81 3739-1118 site: www.altinho.pe.gov.br | e-mail: altinho@altinho.pe.gov.br


Orlando José da Silva
Prefeito
CPF: 775.210.134-68



k) Taxa de Licença de funcionamento:

§ 2º O benefício fiscal de que trata o § 1º deste artigo:

- I - se estende a débitos que tenham sido objeto de parcelamento inadimplente;
- II - não se aplica sobre o valor principal e atualização monetária do tributo.

Art. 2º – A adesão ao REFIS MUNICIPAL dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação, parcelamento e pagamento dos débitos.

§ 1º O ingresso no programa para fruição do benefício fiscal instituído por esta Lei Complementar deverá ser efetuado até o dia 20 de dezembro de 2022.

§ 2º A consolidação dos débitos existentes em nome do optante ao REFIS MUNICIPAL será efetuada na data do pedido de ingresso no programa.

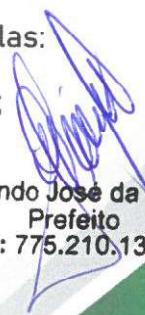
Art. 3º – A confirmação de adesão ao REFIS MUNICIPAL dar-se-á com o efetivo recolhimento da entrada ou parcela única no ato do pedido de adesão ao programa, desde que este se dê no período de vigência desta Lei Complementar.

§ 1º No ato da opção por parcelamento, será exigido o pagamento da primeira parcela, a título de entrada, devendo o saldo devedor ser recolhido em parcelas mensais e sucessivas, convertidas em Unidade Padrão Fiscal do Município (UPF), observado o prazo estabelecido no § 1º do artigo 2º, desta Lei Complementar.

§ 2º O parcelamento dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, serão processados em separado dos não inscritos.

Art. 4º – Os débitos, objeto do REFIS MUNICIPAL 2022, poderão ser parcelados em até 8 (oito) meses, com parcela mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoas físicas e para Pessoas Jurídicas e pagos com os benefícios previstos no Art. 1º desta Lei Complementar, respeitados os seguintes percentuais de deduções incidentes sobre:

- I – descontos nos valores em atraso;
 - a) 50% (cinquenta por cento), no caso de pagamentos à vista;
 - b) 30% (trinta por cento), no caso de pagamento de duas a quatro parcelas;
 - c) 20% (vinte por cento), no caso de pagamento de cinco a seis parcelas;
 - d) 10% (dez por cento), no caso de pagamento de sete a oito parcelas;


Orlando José da Silva
Prefeito
CPF: 775.210.134-68

PALÁCIO MUNICIPAL DR. ANTÔNIO LINS DE FIGUEIRÊDO

Rua Dr. Nestor Varejão, 51. Centro | Altinho - PE | CEP 55.490-000 CNPJ: 10.091.502/0001-29
Fones: 81 3739-1118 site: www.altinho.pe.gov.br | e-mail: altinho@altinho.pe.gov.br



II - os encargos moratórios de multa e juros;

- a) 100% (cem por cento), no caso de pagamento a vista parcelas;
- b) 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento de duas a quatro parcelas;
- c) 60% (sessenta por cento), no caso de pagamento de cinco a seis parcelas;
- d) 50% (cinquenta por cento), no caso de pagamento de sete a oito parcelas;

III - as multas de ofício ou isolada:

- a) 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de pagamento a vista;
- b) 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento de duas a quatro parcelas;
- c) 70% (setenta por cento), no caso de pagamento de cinco a seis parcelas;
- d) 60% (sessenta por cento), no caso de pagamento de sete a oito parcelas;

§ 1º O não pagamento das parcelas na data do respectivo vencimento acarretará multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o seu valor, e juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou fração de mês em atraso.

§ 2º Os débitos parcelados, quando da adesão ao REFIS MUNICIPAL, deverão ser pagos em parcelas não inferiores a:

Parágrafo único: R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e pessoa jurídica;

§ 3º A rescisão do parcelamento motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará no restabelecimento integral da dívida, descontando-se apenas o valor efetivamente pago.

§ 4º Os débitos, objeto de cobrança extrajudicial com restrição de protesto, poderão ser parcelados, com novação da dívida, nos termos do artigo 2º desta Lei Complementar.


§ 5º A retirada do protesto dos débitos de que trata o § 4º deste artigo, está condicionada ao recolhimento pelo devedor de custas e emolumentos cartorários junto ao Tabelionato de Protestos.

Art. 5º – A adesão ao REFIS MUNICIPAL, implica:

- I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos;
- II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa;

PALÁCIO MUNICIPAL DR. ANTÔNIO LINS DE FIGUEIRÊDO

Rua Dr. Nestor Varejão, 51. Centro | Altinho - PE | CEP 55.490-000 CNPJ: 10.091.502/0001-29
Fones: 81 3739-1118 site: www.altinho.pe.gov.br | e-mail: altinho@altinho.pe.gov.br


Orlando José da Silva
Prefeito
CPF: 775.210.134-68



III - expressa renúncia a qualquer impugnação, defesa ou recurso, administrativo ou judicial;

IV - pagamento regular e tempestivo das parcelas incluídas no programa de incentivo.

Parágrafo único. A inadimplência de 02 (dois) parcelas consecutivas implicará na revogação do parcelamento.

Art. 6º - Os débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior à vigência desta Lei Complementar, não integralmente quitados, poderão ser objeto do REFIS MUNICIPAL.

Parágrafo único. Os débitos de que trata o *caput* deste artigo, terão seu saldo apurado na data do pedido de ingresso ao programa, para fins de consolidação, parcelamento e pagamento dos débitos, observados os termos do artigo 3º desta Lei Complementar.

Art. 7º - Os benefícios do Programa não se aplicam:

I - aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de:

a) Infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, com trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.

b) Revogação, cancelamento ou anulação de isenção ou imunidade tributárias, em consequência de inobservância de critérios e condições previstas na legislação vigente, ou de concessão ou reconhecimento por meio de procedimentos eivados de vícios ou sem o cumprimento das formalidades legais.

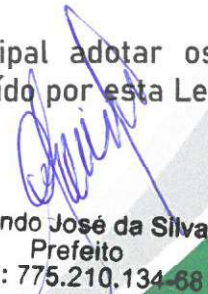
II - aos créditos tributários decorrentes de retenções e/ou de substituições tributárias.

Art. 8º - aplicação das disposições desta Lei Complementar não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 9º - Quando da adesão ao REFIS MUNICIPAL, somente serão devidos honorários advocatícios quando se tratar de débitos com o fisco municipal, desde que devidamente ajuizados no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar, no que for necessário ao seu fiel cumprimento.

Art. 11 - Compete à Secretaria Finanças e Procuradoria Municipal adotar os procedimentos necessários à execução do REFIS MUNICIPAL, instituído por esta Lei Complementar.


Orlando José da Silva
Prefeito
CPF: 775.210.134-68

PALÁCIO MUNICIPAL DR. ANTÔNIO LINS DE FIGUEIRÊDO



Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de junho de 2022.


Orlando José da Silva
- Prefeito -

Orlando José da Silva
Prefeito
CPF: 775.210.134-68

PALÁCIO MUNICIPAL DR. ANTÔNIO LINS DE FIGUEIRÊDO

Rua Dr. Nestor Varejão, 51. Centro | Altinho - PE | CEP 55.490-000 CNPJ: 10.091.502/0001-29
Fones: 81 3739-1118 site: www.altinho.pe.gov.br | e-mail: altinho@altinho.pe.gov.br